

Arranjos institucionais e resiliência da agricultura familiar: Caso da província de Santa Fé – Argentina

A Agricultura Familiar pode ser entendida como uma categoria política, e como tal vem sofrendo avanços e retrocessos de acordo com o ciclo de política governamental vigente. Entre os anos 2003 a 2014 a Argentina, bem como em outros países da América latina, acompanharam um avanço no desempenho dessa categoria em seus mais diferentes aspectos. No entanto, nos últimos anos ocorreram rupturas significativas no que diz respeito ao aporte de recursos, viabilização de programas e políticas públicas, distanciamento dos órgãos de pesquisa e assistência técnica, dentre outros, o que impactou diretamente a qualidade de vida de milhares de pessoas que sobrevivem desse regime de produção agrícola em ambos os países. A proposta deste trabalho é discutir a Resiliência da Agricultura Familiar na Província de Santa Fé – Argentina, em especial o caso das famílias que desempenham suas atividades agrícolas em duas regiões distintas da província – Norte e Centro. Para fins de análise trataremos da resiliência de subsistência que no caso do agregado familiar pode ser entendida como a capacidade de estabelecer estratégias de subsistência sustentáveis diante das adversidades econômicas, sociais e climáticas. O objetivo central do trabalho é analisar a Resiliência da Agricultura Familiar em duas regiões distintas da província de Santa Fé – Argentina sobre os aspectos de produtividade, renda, consumo, percepção de insegurança alimentar, nível de escolaridade, saneamento básico e saúde. Metodologia: A pesquisa, de caráter qualitativo e exploratório, é fruto da parceria envolvendo a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidad Nacional Del Litoral (UNL) com apoio do Instituto Nacional de Tecnología Agropecuária (INTA), ocorreu no mês de novembro de 2018. A abordagem metodológica envolveu 51 famílias em 06 diferentes municipalidades, a saber: Las Toscas, Villa Ocampo, Villa Guilermana, San Javier, Vera e Angel Gallardo. Iniciamos as discussões a partir dos estudos da Amy Quandt e sua experiência com comunidades isoladas no Isiolo/Quênia sob a ótica da resiliência de subsistência (resilience livelihood). Os indicadores de resiliência utilizados foram adaptados de Quandt (2018), que tem como referência os trabalhos de Campbell et Al. (2001) e Erenstein et al. (2007), e divide-se em cinco dimensões a saber: Capital Financeiro, Capital Humano, Capital Social, Capital Físico e Capital Natural. Metodologia semelhante foi proposta por Alinovi et al. (2010) e adotada pelas Nações Unidas com o mesmo propósito, avaliar a resiliência dos meios de subsistência.

A agricultura familiar no Norte Santafesino vem passando por um processo transitório onde enfrenta importantes desafios de subsistência devido a descontinuidade de políticas públicas de extrema relevância para a região. Existem fatores importantes que influenciam a resiliência da agricultura familiar. A leitura que fazemos é a partir da complexidade de relações que são estabelecidas no tecido social ali presente. Dentro das dimensões analisadas, o capital natural e o capital físico representam os índices mais avançados com relação a outras três dimensões de resiliência. Ou seja, o gargalo para o fortalecimento da agricultura familiar na Argentina pode não estar em questões como infraestrutura, distribuição agrária ou qualidade do solo. Isso não quer dizer que tais índices apresentados sejam considerados bons. No caso do capital social, o acesso a meios

de comunicação e transporte, bem como a construção de uma identidade social são características marcantes nos grupos analisados. Vale notar que ainda que os laços sejam fortes e as redes formadas apresentem alguma densidade social, o número de ações coletivas organizadas ainda permanece baixo. Na dimensão capital humano verifica-se que o estado de saúde da população rural é relativamente bom, bem como o acesso a serviços de saúde e tratamento. Contudo, a busca por oportunidades de emprego e qualificação profissional foram apontadas por diversas vezes como principais motivos para o fluxo migratório rural-urbano que resulta no esvaziamento do agregado familiar e, por consequência, diminuição da força de trabalho. A situação parece se agravar pela falta de financiamento, seja pela falta de acesso a fontes de crédito, seja pela baixa receita proveniente do emprego fora da propriedade, que viabiliza o autofinanciamento rural. Vale notar que a renda per capita média aferida é de USD 7.180,00, o que equivale a menos da metade da renda per capita média Argentina. A análise ajuda a ilustrar que o problema de resiliência é complexo. Solução não tem uma única ação. Vide que o grupo analisado retratou acesso frequente a assistência técnica, mas isso por si só não resolve pois falta organização, recursos financeiros, recursos naturais etc. Dentro de uma análise institucionalista (Makishi et al, 2017), argumenta que o problema não está na falta de incentivos e sim na combinação deles. A política de fortalecimento, ou resiliência, da agricultura familiar deve funcionar como um jogo de marionetes onde se tem inúmeras cordas para serem manipuladas. Para se ter o movimento esperado é necessário saber qual conjunto de cordas puxar. O que poderíamos encontrar no campo se praticamente metade dos Agricultores Familiares Argentinos desapareceram das estatísticas nos últimos anos? Por outro lado, acreditava-se que se o momento é de crise de uma categoria e nosso tema é “Resiliência”, por que não procurar pelos “resilientes”? Quem são? Como estão sobrevivendo após as turbulentas mudanças políticas e econômicas? Ademais, o nosso pioneirismo possibilitou inúmeras reflexões no campo acadêmico.

Autores:

Solange Marcelino, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

Fausto Makishi, Universidade Federal de Minas Gerais

Hugo Erbeta, Universidad Nacional Del Litoral

Ana Deambrosi, Argentina